



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 01

Bráulio, assessor do prefeito de Venda Nova do Imigrante, foi questionado acerca de Conselhos de Gestão, que são um dos principais mecanismos de participação da sociedade na formulação e no controle de políticas públicas, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente uma característica fundamental – desafio comum aos Conselhos gestores.

- A) Sua natureza é consultiva, não possuindo poder de deliberação sobre a execução orçamentária das políticas setoriais.
- B) Devem ser compostos majoritariamente por representantes do Poder Executivo, garantindo a eficiência na implementação das decisões.
- C) São um modelo de gestão pública baseado no empreendedorismo governamental, não necessitando da participação direta dos cidadãos.
- D) O principal desafio reside na ausência de regras e procedimentos formais para a sua constituição e funcionamento em todos os níveis de governo.
- E) Representam a participação concreta da sociedade na formulação e execução de políticas, podendo ter natureza consultiva, deliberativa ou fiscalizadora.

Questão 02

O conceito de *accountability* é fundamental na Administração Pública contemporânea, especialmente em um contexto de maior exigência de transparência. Diante do exposto, assinale a alternativa que descreve a definição mais adequada para *accountability* no setor público.

- A) Refere-se à capacidade do cidadão de denunciar atos de corrupção, sem que haja um mecanismo institucional de punição.
- B) É um termo contábil referente à prestação de contas financeiras anuais, não se aplicando à dimensão política ou à qualidade dos serviços públicos.
- C) Corresponde ao dever do governo de manter todos os seus sistemas informatizados totalmente isolados da rede pública, garantindo a confidencialidade dos dados.
- D) É a obrigação do agente público de prestar contas sobre a legalidade estrita dos procedimentos administrativos realizados, sem se ater a fatores como eficiência, eficácia e a ética dos resultados.
- E) É a responsabilização da Administração Pública pelos seus atos e decisões, exigindo que agentes públicos respondam por suas ações e que existam mecanismos sociais e institucionais de cobrança e sanção.

Questão 03

As Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) são formas de parceria entre o Estado e entidades privadas sem fins lucrativos, mas possuem regimes jurídicos e instrumentos de formalização distintos. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a correta distinção entre OS e OSCIP.

- A) A OS é qualificada pelo Ministério da Justiça (Lei nº 9.790/1999); a OSCIP é qualificada pelo Poder Executivo (Lei nº 9.637/1998).
- B) As OSs são criadas para substituir integralmente órgãos públicos (publicização); as OSCIPs atuam apenas em atividades sociais não exclusivas do Estado.
- C) A qualificação como OS exige que a entidade já esteja em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, requisito que não se aplica à qualificação como OSCIP.
- D) Ambas as qualificações não permitem a remuneração de seus dirigentes estatutários, sendo permitida a remuneração de dirigentes de qualquer outra entidade do Terceiro Setor.
- E) A OS pode celebrar o contrato de gestão para receber recursos públicos e executar atividades de interesse público, ao passo que a OSCIP formaliza sua parceria por meio do termo de parceria.



Questão 04

A Administração Pública Burocrática, fundamentada no modelo racional-legal weberiano, surgiu historicamente como uma reação ao modelo anterior, notadamente o Estado oligárquico e patrimonial. Considerando as características relacionadas, assinale aquela que é típica do modelo burocrático, visando combater as disfunções do patrimonialismo.

- A) Regime de trabalho informal, sem necessidade de regulamentação ou critérios de seleção.
- B) Ênfase na lealdade pessoal ao governante e distribuição de cargos como favor (clientelismo).
- C) Descentralização de atividades e foco na gestão por resultados, com flexibilidade de normas.
- D) Confusão entre o patrimônio público e o privado, sendo o cargo uma propriedade do ocupante.
- E) Impessoalidade e profissionalização, com ingresso na carreira por meio de mérito (concurso público).

Questão 05

Alpheu é responsável pela gestão do Governo Eletrônico (e-Gov) da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, que se refere ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para aprimorar a prestação de serviços e o relacionamento entre o governo e a sociedade. Trata-se de um objetivo central do e-Gov, a ser buscado por Alpheu, que se relaciona diretamente com a transparência e o controle social:

- A) Focar na digitalização de documentos físicos, sem alterar a lógica de prestação de serviços ao cidadão.
- B) Restringir o acesso à informação pública a canais presenciais, visando à segurança dos dados sensíveis.
- C) Aumentar a complexidade dos processos internos para garantir maior segurança jurídica nas transações.
- D) Reduzir a necessidade de *accountability*, pois a automatização dos processos diminui a margem para erros humanos e desvios.
- E) Promover a participação social por meio digital, facilitando o acompanhamento da gestão pública e a disponibilização de informações.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Questão 06

A secretaria municipal de saúde de determinado município executou, no exercício financeiro de 2025, as seguintes despesas orçamentárias, devidamente empenhadas e liquidadas:

1. Pagamento de vencimentos e vantagens fixas dos servidores efetivos: R\$ 12.500.000,00;
2. Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs): R\$ 3.200.000,00;
3. Construção de uma nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA): R\$ 8.750.000,00; e
4. Amortização de parcela da dívida fundada contratada junto à instituição financeira: R\$ 2.100.000,00.

Considerando a classificação da despesa orçamentária, assinale a alternativa que apresenta corretamente a classificação dessas despesas quanto à categoria econômica e ao grupo de natureza da despesa.

- A) 1 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes
2 – Despesa Corrente / Pessoal e Encargos Sociais
3 – Despesa de Capital / Inversões Financeiras
4 – Despesa Corrente / Juros e Encargos da Dívida
- B) 1 – Despesa Corrente / Pessoal e Encargos Sociais
2 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes
3 – Despesa de Capital / Investimentos
4 – Despesa de Capital / Amortização da Dívida
- C) 1 – Despesa de Capital / Investimentos
2 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes
3 – Despesa de Capital / Transferências de Capital
4 – Despesa Corrente / Juros e Encargos da Dívida
- D) 1 – Despesa Corrente / Pessoal e Encargos Sociais
2 – Despesa de Capital / Investimentos
3 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes
4 – Despesa de Capital / Inversões Financeiras
- E) 1 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes
2 – Despesa de Capital / Investimentos
3 – Despesa de Capital / Investimentos
4 – Despesa de Capital / Amortização da Dívida



Questão 07

Considere que uma prefeitura municipal de médio porte, ao iniciar o segundo ano de mandato do prefeito, instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de revisar os instrumentos de planejamento e orçamento, visando ampliar os investimentos em mobilidade urbana e saúde básica. Durante as discussões, verificou-se que:

- O Plano Plurianual (PPA) vigente foi aprovado no primeiro ano para um período de quatro anos;
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício seguinte, definindo metas e prioridades e dispendo sobre alterações na legislação tributária; e
- A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter a previsão de receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro, sendo vedada a inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as exceções constitucionais.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 sobre os instrumentos orçamentários, analise as afirmativas a seguir.

- I. O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A LDO compreende as metas e as prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da LOA e dispõe sobre alterações na legislação tributária.
- III. A LOA pode conter dispositivos que alterem a legislação tributária municipal, desde que tais dispositivos estejam relacionados à estimativa de receita prevista para o exercício financeiro.
- IV. A LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 08

Considere que a secretaria municipal de fazenda de determinado município apresentou as seguintes informações sobre a arrecadação referente ao primeiro semestre de 2026:

1. Arrecadação de IPTU: R\$ 18.400.000,00;
2. Arrecadação de ISS: R\$ 9.600.000,00;
3. Recebimento de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM): R\$ 22.750.000,00;
4. Alienação de um imóvel pertencente ao patrimônio público municipal: R\$ 3.600.000,00; e
5. Operação de crédito contratada junto à Caixa Econômica Federal para pavimentação urbana: R\$ 12.000.000,00.

Considerando a classificação da receita orçamentária por categoria econômica, conforme a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o valor total das receitas correntes e o valor total das receitas de capital arrecadadas no período corresponde, respectivamente, a:

- A) R\$ 28.000.000,00 e R\$ 38.750.000,00.
- B) R\$ 40.750.000,00 e R\$ 15.600.000,00.
- C) R\$ 40.750.000,00 e R\$ 25.600.000,00.
- D) R\$ 50.750.000,00 e R\$ 12.000.000,00.
- E) R\$ 50.750.000,00 e R\$ 15.600.000,00.

Questão 09

“A Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, alterou a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo regras destinadas a ampliar a publicidade da gestão fiscal e a assegurar o controle social sobre a execução orçamentária e financeira. Nos termos da Lei Complementar nº 131/2009, é obrigatória a disponibilização, em _____, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) tempo real
- B) audiências públicas
- C) dez dias úteis posteriores
- D) trinta dias úteis posteriores
- E) cento e oitenta dias posteriores

Questão 10

O prefeito de determinado município instituiu uma comissão técnica para elaborar o novo Plano Plurianual (PPA) que passaria a vigorar no exercício seguinte. Durante as discussões, surgiram divergências em relação à estrutura, ao conteúdo e à classificação dos programas governamentais. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação sobre o tema, em uma análise correta acerca do Plano Plurianual (PPA), no âmbito municipal, ele:

- A) Possui vigência coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo, iniciando-se e encerrando-se no mesmo exercício financeiro do mandato.
- B) Constitui instrumento de planejamento governamental estratégico de médio prazo e deve ser estruturado em programas com objetivos e metas.
- C) Possui natureza financeira e por isso deve limitar-se à fixação global das despesas de capital para o quadriênio, sem detalhamento por programas ou indicadores.
- D) Possui horizonte temporal de médio prazo, e por isso deve conter programas finalísticos, sendo vedada a inclusão de programas de gestão, manutenção ou apoio administrativo.
- E) Substitui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na definição das metas e prioridades anuais da Administração Pública, sendo dispensável a edição de lei específica de diretrizes orçamentárias.

Questão 11

Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro seguinte, a secretaria municipal de finanças de determinado município identificou a necessidade de aprimorar a transparência e a gestão fiscal responsável, especialmente diante do aumento de demandas judiciais contra o ente público e da oscilação na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS). Durante reunião técnica, discutiu-se a correta elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Anexo de Riscos Fiscais, conforme a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerando as disposições da LRF acerca desses anexos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Anexo de Metas Fiscais deve estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- II. O Anexo de Metas Fiscais deve conter avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior e demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, bem como avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência.
- III. O Anexo de Riscos Fiscais deve avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem adotadas caso se concretizem.
- IV. A elaboração dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais integra o conteúdo obrigatório da LDO e constitui instrumento de planejamento voltado à transparência, ao equilíbrio fiscal e à prevenção de desequilíbrios orçamentários.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 12

O orçamento-programa constitui modelo orçamentário orientado para resultados, sendo adotado no setor público brasileiro como instrumento de integração entre planejamento e orçamento. A respeito dos fundamentos e das técnicas do orçamento-programa, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “O orçamento-programa estrutura a ação governamental por meio de programas que agregam ações voltadas ao alcance de objetivos previamente definidos, permitindo a mensuração de resultados por meio de metas e indicadores.”

PORQUE

- II. “A adoção do orçamento-programa no Brasil está associada à institucionalização do Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento de médio prazo previsto na Constituição Federal de 1988.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II são falsas.
- B) A afirmativa I é verdadeira; a II é falsa.
- C) A afirmativa I é falsa; a II é verdadeira.
- D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- E) As afirmativas I e II são verdadeiras; a II justifica corretamente a I.

Questão 13

No âmbito do processo orçamentário municipal, o prefeito de determinado município encaminhou à Câmara Municipal o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), observando os prazos legais. Durante a tramitação legislativa, vereadores apresentaram emendas ao projeto, e a Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer prévio antes da votação em plenário. Considerando o que legalmente se refere à elaboração da proposta orçamentária, discussão, votação e aprovação da lei orçamentária, está de acordo com o disposto constitucionalmente que:

- A) O ciclo orçamentário encerra-se com a aprovação legislativa da Lei Orçamentária Anual, não abrangendo as fases de execução e controle.
- B) A Lei Orçamentária Anual entra em vigor imediatamente após sua votação em plenário, independentemente de sanção do chefe do Poder Executivo.
- C) A iniciativa do projeto de Lei Orçamentária Anual é privativa do Poder Legislativo, cabendo ao Poder Executivo apenas executar o orçamento após sua aprovação.
- D) O projeto de Lei Orçamentária Anual, após encaminhado pelo Poder Executivo, não pode sofrer emendas parlamentares, em razão do princípio da separação dos Poderes.
- E) As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

Questão 14

Determinado município, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico local, encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal concedendo isenção de IPTU pelo prazo de cinco anos a empresas que se instalarem em novo distrito industrial. A estimativa da secretaria de finanças indica que a medida resultará em renúncia anual de receita no valor de R\$ 4.800.000,00, totalizando R\$ 24.000.000,00 no período de vigência do benefício. O projeto foi apresentado sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro detalhado e sem indicação de medidas compensatórias, sob o argumento de que o aumento futuro da arrecadação de Imposto Sobre Serviços (ISS) compensaria naturalmente a renúncia. Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca da renúncia de receitas, é correto afirmar que:

- A) A renúncia de receita poderá ser concedida independentemente de medidas compensatórias, desde que haja autorização do Tribunal de Contas competente.
- B) A exigência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro aplica-se apenas à União, não sendo obrigatória para municípios com população inferior a cem mil habitantes.
- C) A concessão de isenção tributária não configura renúncia de receita para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois se trata de política pública de desenvolvimento econômico.
- D) A concessão da isenção é válida desde que aprovada por lei específica, sendo dispensável estimativa de impacto orçamentário-financeiro quando houver expectativa de incremento indireto de arrecadação.
- E) A renúncia de receita somente poderá ser concedida se estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e observar ao menos uma das condições previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Questão 15

A execução orçamentária e financeira constitui etapa essencial do ciclo orçamentário, materializando as autorizações constantes na Lei Orçamentária Anual (LOA). Nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a realização das receitas e das despesas públicas observa estágios próprios, com repercussões orçamentárias, financeiras e patrimoniais. Considerando os estágios da execução da despesa pública e da receita pública, assinale a afirmativa correta.

- A) A liquidação da despesa pode ocorrer antes do empenho, desde que haja disponibilidade orçamentária suficiente e autorização da autoridade competente.
- B) O empenho da despesa é o ato que verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- C) A receita pública percorre os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, sendo o lançamento etapa obrigatória para todas as espécies de receita, inclusive as transferências constitucionais recebidas.
- D) A despesa pública percorre os estágios de fixação, empenho, liquidação e pagamento, sendo a fixação o ato administrativo que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- E) A arrecadação da receita corresponde ao ingresso dos recursos nos cofres públicos, enquanto o recolhimento consiste na transferência dos valores arrecadados pelos agentes arrecadadores para a conta específica do Tesouro.



AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO

Questão 16

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sua competência voltada à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal. Quanto ao controle interno e a CGU, analise as afirmativas a seguir.

- I.** O controle interno e a auditoria governamental executados pela Controladoria-Geral da União (CGU) têm inúmeras finalidades, dentre elas: verificar a devida aplicação dos recursos públicos e buscar indícios de não conformidade no uso do dinheiro público e, com isso, combater diretamente a corrupção.
- II.** No planejamento dos trabalhos de controle interno, é importante que o auditor busque uma compreensão mais profunda sobre as características e as motivações acerca dos desvios de verbas públicas, que podem estar relacionadas a questões da própria formação de cidadania de governantes, dirigentes e de alguns cidadãos.
- III.** O controle interno, assim como a auditoria governamental, trabalha no sentido de garantir resultados operacionais eficientes e eficazes na gestão pública, para tanto, deve-se observar os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de governo e da gestão pública.
- IV.** O controle dos gastos públicos ganha extrema relevância, uma vez que os níveis de carga tributária, no Brasil, já se encontram bastante elevados, com isso, o efeito positivo mais imediato sobre as contas públicas termina por ser obtido mediante o controle das despesas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Questão 17

Frente às disposições contidas na Lei nº 8.443/1992 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), quanto ao sistema de controle interno, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O controle interno tem, dentre suas finalidades, a função de exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente federativo.
- B) Garantir o cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual e garantir a legalidade na execução dos programas de governo e dos orçamentos são atribuições do controle interno.
- C) Cabe ao controle interno comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública.
- D) No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer.
- E) Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de omissão no dever de prestar contas; da não comprovação da legal aplicação dos recursos repassados pela União e da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, é atribuição do controle interno no apoio ao controle externo.

Questão 18

No que tange aos aspectos saneadores, a Tomada de Contas Especial será arquivada, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas, nas seguintes hipóteses, EXCETO:

- A) Recolhimento integral do débito devidamente atualizado.
- B) Comprovação da não ocorrência do dano imputado aos responsáveis.
- C) Em se tratando de bens, sua respectiva reposição ou restituição da importância equivalente.
- D) Reconhecimento formal, feito pelo imputado, reconhecendo a responsabilidade pelas irregulares e se comprometendo a ressarcir o erário quando possível.
- E) Aprovação da prestação de contas de convênio ou outro instrumento congênera, ou a regular comprovação da aplicação dos recursos, mesmo que extemporaneamente.



Questão 19

Auditores de controle interno devem ter pleno domínio dos conceitos e conscientes acerca da importância, da responsabilidade e da fundamentação legal do sistema de controle interno. Quanto a esses aspectos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ao final de cada quadrimestre deverá ser emitido o relatório de gestão fiscal, que deverá ser assinado, também, pela autoridade responsável pelo controle interno do ente federativo a que se refere.
- B) Controle interno é aquele realizado pela própria organização, por meio de uma unidade que integra a sua estrutura administrativa, com a atribuição de vigilância, de orientação e de correção da atuação das demais unidades vinculadas.
- C) O sistema de controle interno, por envolver apenas controle interno administrativo e correição, não poderá compor o nível máximo de direção da organização, pois trata-se de assessoria e se restringe à emissão de recomendações aos demais escalões da estrutura governamental.
- D) São princípios gerais do controle interno: segregação de funções; independência técnico-funcional; relação custo/benefício; qualificação adequada; aderência à diretrizes e normas; definição de responsabilidades e autoridade; instruções devidamente formalizadas; controle sobre as transações.
- E) O controle interno é o conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela entidade governamental que tem por finalidades, dentre outras, assegurar a proteção aos ativos, a legalidade e regularidade das transações, a confiabilidade do sistema de informações, a exatidão dos registros contábeis e a aderência aos princípios contábeis.

Questão 20

Em relação à fiscalização da gestão fiscal, cabe, também, ao sistema de controle interno dar ênfase aos seguintes aspectos a serem verificados, EXCETO:

- A) Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.
- B) Cumprimento do limite de gastos totais do Poder Judiciário municipal.
- C) Providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.
- D) Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos legalmente estabelecidos.
- E) Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 21

O auditor de controle interno do município Alfa, no exercício de suas atribuições, analisa um processo de contratação direta de uma empresa de consultoria técnica. Durante a auditoria, o servidor identifica que a sócia-majoritária da empresa contratada é irmã (parente de 2º grau) de um servidor público municipal que ocupa o cargo de provimento efetivo de motorista, sem qualquer função de confiança ou cargo em comissão. Ao consultar a Lei Orgânica do Município, verificou que esta proíbe expressamente o município de contratar “servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a eles por matrimônio ou parentesco até o terceiro grau”. Com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a orientação correta.

- A) O auditor deve apontar que a lei municipal é integralmente inconstitucional por vício de iniciativa, uma vez que apenas o Congresso Nacional poderia propor normas que versem sobre vedações em licitações e contratos municipais.
- B) O auditor deve considerar a contratação regular sob a ótica da proporcionalidade, pois a vedação municipal de contratar parentes de servidores não ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança é inconstitucional, segundo o STF.
- C) A proibição de contratar com parentes de agentes públicos é absoluta e decorre do princípio da autotutela, não havendo distinção jurídica entre servidores ocupantes de cargos efetivos ou de cargos em comissão para fins de aplicação da regra.
- D) A contratação é nula por violar o princípio da moralidade e a vedação ao nepotismo, pois a Lei nº 14.133/2021 proíbe a contratação de parentes de qualquer servidor público municipal, independentemente da função exercida, conforme regra geral da União.
- E) O auditor deve certificar a irregularidade da contratação e sugerir a rescisão imediata, uma vez que a Lei Orgânica Municipal possui competência absoluta para legislar sobre licitações e contratos, devendo sua literalidade ser preservada em face de qualquer servidor.

Questão 22

Considere que determinado auditor de controle interno analisa processo de pagamento por obras em uma escola, solicitadas verbalmente por secretário municipal, sem licitação ou contrato escrito. Sabe-se que a empresa executou o serviço, mas utilizou subcontratados sem autorização da prefeitura. A gestão atual recusa o pagamento alegando a nulidade do ajuste verbal, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) O pagamento é indevido, pois o contrato verbal é nulo e a má-fé da empresa ao aceitá-lo impede qualquer ressarcimento.
- B) A indenização deve ser integral, incluindo a margem de lucro prevista, independentemente de a empresa ter agido de boa ou má-fé.
- C) O direito da empresa limita-se à restituição de materiais, sendo vedado o pagamento por serviços (mão de obra) sem cobertura contratual.
- D) A subcontratação sem anuência prévia afasta o dever de indenizar, uma vez que a execução por terceiros é vedada em contratos nulos.
- E) O ente público deve indenizar a empresa pelos serviços comprovadamente prestados, inclusive os subcontratados, para evitar o enriquecimento ilícito.

Questão 23

No desempenho das funções de fiscalização e controle das contratações públicas, conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. As contratações públicas sujeitam-se a três linhas de defesa, sendo a unidade de controle interno do próprio órgão integrante da segunda linha.
- II. Na contratação de serviço terceirizado, é vedado à Administração estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da empresa prestadora.
- III. É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.
- IV. Os órgãos de controle interno e externo deverão respeitar o sigilo do orçamento estimado da contratação, sendo-lhes vedado o acesso a essas informações, mesmo que a Administração justifique o caráter sigiloso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 24

No âmbito de uma auditoria preventiva em um município, o auditor de controle interno analisa a fase preparatória de diversas licitações. Para garantir a conformidade com as disposições gerais e os conceitos básicos da Lei nº 14.133/2021, o auditor deve verificar se a Administração observou corretamente as definições legais e as modalidades de licitação permitidas. Com base na referida Lei, assinale a afirmativa correta.

- A) A modalidade leilão destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- B) Nas licitações e contratos regidos pela nova lei, o sigilo dos atos praticados no processo licitatório é a regra geral, visando proteger a estratégia da Administração.
- C) O termo de referência é o documento necessário exclusivamente para a contratação de obras de grande vulto, sendo dispensado para a compra de bens comuns.
- D) O município pode criar novas modalidades de licitação por meio de decreto, além das já previstas na Lei nº 14.133/2021, para atender a necessidades específicas locais.
- E) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Questão 25

Determinada autarquia municipal celebrou um contrato de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para a manutenção de suas instalações físicas. Durante a fase de execução contratual, o fiscal do contrato identificou sérias dúvidas quanto à regularidade dos recolhimentos previdenciários dos empregados da contratada e sobre a possibilidade de a Administração responder solidariamente por tais encargos. Diante do risco de dano ao erário e, ainda, buscando prevenir riscos na execução, o fiscal decide acionar o apoio institucional previsto na Lei nº 14.133/2021. Com base na referida Lei, assinale a solução jurídica correta para o caso.

- A) O fiscal do contrato poderá contar com o apoio do órgão de controle interno da Administração para dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes, visando prevenir riscos na execução contratual.
- B) A responsabilidade pelos encargos trabalhistas e previdenciários é exclusivamente do contratado, sendo proibido à Administração, em qualquer hipótese de serviço terceirizado, responder solidária ou subsidiariamente por tais débitos.
- C) O fiscal do contrato deve resolver a dúvida de forma autônoma, pois a Lei nº 14.133/2021 veda expressamente que órgãos de controle interno interfiram ou auxiliem na fiscalização de contratos em execução, sob pena de violação da segregação de funções.
- D) O fiscal do contrato deve ser substituído obrigatoriamente por uma comissão de controle interno sempre que houver dúvida sobre encargos trabalhistas, uma vez que o fiscal não pode anotar ocorrências relacionadas a obrigações previdenciárias em registro próprio.
- E) Caso seja comprovada a inadimplência, a Administração deverá assumir imediatamente os débitos, pois a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a inadimplência do contratado transfere automaticamente à Administração a responsabilidade pelo pagamento de encargos comerciais e fiscais.

Questão 26

No que tange aos poderes da Administração Pública, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O excesso de poder configura-se quando o agente público, embora dentro de sua competência legal, atua com o objetivo de alcançar finalidade diversa do interesse público, como a edição de ato para beneficiar parentes.
- () Os poderes administrativos são considerados “poderes-deveres”, possuindo caráter instrumental e finalístico, sendo seu exercício irrenunciável e preordenado ao atendimento do interesse público.
- () O poder regulamentar não se confunde com o poder regulatório; enquanto o primeiro é competência privativa do chefe do Executivo para fiel cumprimento da lei, o segundo é atribuído às entidades administrativas, como as agências reguladoras.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, V, V.
- E) V, F, F.

Questão 27

O controle interno da Administração Pública fundamenta-se em princípios constitucionais e infraconstitucionais que balizam a atuação dos agentes públicos e a validade de seus atos. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da reserva de lei determina que o tratamento de certas matérias deve ser formalizado necessariamente pela legislação, excluindo a utilização de outros atos com caráter normativo.
- II. O princípio da moralidade administrativa exige do administrador a atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, sendo a vedação do nepotismo um exemplo de sua aplicação.
- III. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), a regra geral na Administração Pública é o sigilo das informações de interesse público, sendo a publicidade um preceito excepcional.
- IV. O princípio da autotutela significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos, podendo anulá-los por vício de legalidade ou revogá-los por conveniência e oportunidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 28

Determinado secretário municipal de saúde, ao descobrir que um servidor subordinado é testemunha em um processo de improbidade contra um de seus aliados políticos, decide removê-lo de sua atual unidade para uma repartição de difícil acesso na periferia da cidade. O secretário justifica formalmente o ato como “necessidade de readequação de pessoal devido ao aumento da demanda naquela região”, embora os dados técnicos da secretaria não apontem qualquer carência de servidores no local de destino. Diante do cenário apresentado e da teoria dos motivos determinantes, é correto afirmar que o ato administrativo de remoção é:

- A) Inexistente, por falta de competência do agente.
- B) Nulo, por vício de finalidade e falsidade do motivo.
- C) Convalidável, por apresentar vício de forma accidental.
- D) Válido, pois a remoção é ato discricionário quanto ao objeto.
- E) Eficaz, por ser ato perfeito e em conformidade com o direito.

Questão 29

Determinada autarquia municipal, ao realizar uma fiscalização de rotina, constatou que um estabelecimento comercial estava comercializando produtos alimentícios com prazo de validade expirado. Diante do risco iminente à saúde pública, os agentes públicos procederam à interdição imediata do local e à inutilização dos gêneros alimentícios, sem prévia autorização judicial. O proprietário do estabelecimento ajuizou ação alegando a nulidade do ato por ausência de contraditório prévio e por entender que a Administração não poderia ter agido sem ordem do Judiciário. Considerando os atributos dos atos administrativos e a doutrina administrativista, a atuação da Administração está amparada pela:

- A) Presunção de legitimidade absoluta (*iuris et de iure*).
- B) Autoexecutoriedade, na modalidade executoriedade direta.
- C) Imperatividade, decorrente obrigatoriamente de atos negociais.
- D) Exigibilidade, caracterizada pelo uso de meios diretos de coerção.
- E) Tipicidade, atributo indispensável a todos os atos administrativos.

Questão 30

O Estado Delta decide modernizar sua atuação na área de saúde e, para tanto, adota duas medidas simultâneas:

1. Cria, mediante lei específica, uma Autarquia para gerir hospitais regionais; e
2. Celebra um contrato de concessão com uma empresa privada para a exploração de um serviço de transporte sanitário de urgência.

Considerando as técnicas de organização administrativa, as situações descritas caracterizam, respectivamente:

- A) Outorga e desconcentração legal.
- B) Descentralização por colaboração e outorga.
- C) Desconcentração e descentralização por serviços.
- D) Descentralização legal e descentralização negocial.
- E) Desconcentração e descentralização por colaboração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 31

Regina foi contratada pelo estado Delta como professora temporária para suprir necessidade excepcional de interesse público. Durante a vigência do contrato, ela engravidou. Sem saber da gestação, a Administração Pública deixou o contrato expirar normalmente, afirmando que Regina não teria direito à estabilidade provisória nem à licença-maternidade, por se tratar de vínculo temporário e precário. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que Regina:

- A) Possuía direito à estabilidade provisória, mas não à licença-maternidade, pois esta era restrita às servidoras efetivas.
- B) Possuía direito à estabilidade provisória apenas se comprovasse que a Administração tinha ciência da gravidez no momento da dispensa.
- C) Possuía direito apenas à licença-maternidade, mas não à estabilidade provisória, pois esta era assegurada apenas às empregadas celetistas.
- D) Não possuía direito à estabilidade nem à licença-maternidade, pois o contrato temporário extinguiu-se automaticamente ao final do prazo ajustado.
- E) Possuía direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável ou da natureza temporária do vínculo.

Questão 32

À luz da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis e às regras sobre consentimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais sensíveis com base no consentimento do titular exige manifestação livre, informada e inequívoca de vontade, sendo suficiente que o consentimento seja genérico quanto às finalidades do tratamento.
- II. O tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer sem consentimento do titular quando indispensável ao exercício regular de direitos, inclusive em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- III. A dispensa do consentimento para o tratamento de dados pessoais sensíveis não afasta a obrigação de observância dos princípios gerais da LGPD nem a garantia dos direitos do titular.
- IV. O tratamento de dados pessoais sensíveis para realização de estudos por órgão de pesquisa exige necessariamente anonimização dos dados.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 33

Acerca da organização do Estado e seu regramento na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir.

- I. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, cabendo-lhes, inclusive, regulamentar por medida provisória os serviços locais de gás canalizado.
- II. O subsídio dos deputados estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, podendo corresponder, no máximo, a setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os deputados federais.
- III. A eleição do governador e do vice-governador ocorrerá no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, se houver segundo turno, do ano anterior ao término do mandato, sendo a posse em 6 de janeiro do ano subsequente.
- IV. Incluem-se entre os bens dos Estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 34

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, após representação formulada por servidores públicos municipais, instaurou procedimento de fiscalização para apurar irregularidades em contrato administrativo celebrado pelo município Beta. No curso da apuração, constatou-se que o Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas, autorizou contratação direta indevida, com participação do superintendente de autarquia municipal na execução contratual. Diante disso, o Tribunal de Contas adotou as seguintes providências:

- I. Determinou a suspensão imediata do contrato administrativo;
- II. Aplicou multa diretamente ao superintendente da autarquia, sem encaminhamento prévio à Câmara Municipal;
- III. Julgou irregulares as contas de gestão do prefeito relativas à contratação; e
- IV. Encaminhou parecer prévio à Câmara Municipal acerca das contas anuais do chefe do Executivo.

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.



Questão 35

A Constituição Federal de 1988 dispõe que: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (art. 5º, XV). Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia, trata-se de norma:

- A) Irradiante.
- B) De eficácia plena.
- C) De eficácia contida.
- D) De eficácia limitada.
- E) De princípio programático.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 36

A Lei Orgânica do Município de Venda Nova do Imigrante dispõe das informações fundamentais para o município. Considere que José, recém-empossado auditor de controle interno, foi chamado pelo prefeito municipal para examinar determinadas ações; analise-as.

- I. Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
 - II. Deixar de apresentar à Câmara, no prazo e na forma regulares, a proposta orçamentária.
 - III. Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da prefeitura.
 - IV. Ausentar-se do município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da prefeitura sem autorização da Câmara.
- José deverá indicar como infrações político-administrativas – que podem conduzir o prefeito à perda do mandato, por cassação, de competência da Câmara, nos termos da Lei Orgânica do Município de Venda Nova do Imigrante – as indicadas nos itens

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 37

Tendo em vista que a Lei Orgânica do Município de Venda Nova do Imigrante dispõe do tratamento a ser dado ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo, necessariamente, receber os valores relativos ao cargo de prefeito.
- () Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- () Desde o registro de sua candidatura, até ao término do mandato eletivo, não poderá ser removido *ex-officio* do seu local de trabalho.
- () Afastando-se para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Venda Nova do Imigrante, a sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, V.
- E) F, V, V, F.



Questão 38

A Lei Complementar nº 1.658/2024 dispõe acerca do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Venda Nova do Imigrante. Sobre os afastamentos previstos em lei, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente e descendente mediante comprovação médica não poderá exceder a vinte e quatro meses. Além disso, quanto à remuneração, será paga a integralidade dos vencimentos no primeiro mês; cinquenta por cento a partir do seguinte até o sexto; não havendo vencimentos a partir do sétimo.
- () Será concedida licença à servidora gestante, por cento e oitenta dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, de acordo com as normas do órgão da Previdência a que estiver vinculado o município.
- () Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por oito dias corridos, em virtude de casamento.
- () Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por três dias corridos, em virtude de falecimento do cônjuge, companheiro com união estável documental, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela judicial e irmãos.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, F, F, F.
- E) V, V, V, F.

Questão 39

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Venda Nova do Imigrante dispõe sobre o adicional de titulação. João, servidor empossado para cargo de nível superior, acabou de concluir três anos de exercício na prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante. Sabe-se que ele possui graduação em curso superior; concluiu curso de pós-graduação *lato sensu* de 360 horas; e tem mestrado – estreitamente relacionados com a sua área de atuação, fato atestado pela Comissão de Desenvolvimento Funcional do município. Ele foi aprovado no estágio probatório; está no efetivo exercício do cargo; e obteve na sua última avaliação de desempenho resultado de 65%. No Estatuto, deparou-se com a seguinte tabela:

TITULAÇÃO	PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE O NÍVEL DE VENCIMENTO PERCEBIDO PELO SERVIDOR
Conclusão do ensino médio	5%
Conclusão de curso técnico	5%
Conclusão de curso de graduação	10%
Conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com duração mínima de 360 horas	15%
Conclusão de curso de mestrado	20%
Conclusão de curso de doutorado	25%

Sobre a aplicação do adicional por titulação no caso de João, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Venda Nova do Imigrante, assinale a afirmativa correta.

- A) Terá direito ao adicional de titulação, sendo aplicado o percentual de vinte por cento sobre o nível de vencimento percebido pelo servidor.
- B) Terá direito ao adicional de titulação, sendo aplicado o percentual de trinta e cinco por cento sobre o nível de vencimento percebido pelo servidor.
- C) Terá direito ao adicional de titulação, sendo aplicado o percentual de quarenta e cinco por cento sobre o nível de vencimento percebido pelo servidor.
- D) Terá direito ao adicional de titulação, sendo aplicado o percentual de cinquenta por cento sobre o nível de vencimento percebido pelo servidor.
- E) Não terá direito ao adicional de titulação.

Questão 40

Sobre a Lei Complementar nº 1.657/2024, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, analise os conceitos a seguir.

- I. Quadro de pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções gratificadas existentes na Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.
- II. Promoção funcional é a passagem do servidor para a classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma carreira, pelo critério de merecimento, observadas as normas estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.
- III. Progressão funcional é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente seguinte, dentro da faixa de vencimento do cargo a que pertence, pelo critério de merecimento, observadas as normas estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.
- IV. Grupo ocupacional é o conjunto de cargos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de escolaridade exigido para seu desempenho.

Está de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

